

STJ00098882

Ricardo Antonio Andreucci

Procurador de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo. Coordenador do Complexo de Ensino Andreucci. Professor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Professor universitário e de cursos preparatórios para ingresso nas carreiras jurídicas e na OAB.

CURSO BÁSICO de PROCESSO PENAL

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Editoria de conteúdo Henderson Fürst
Assistência editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana

Coordenação geral Clarissa Boroschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bresson e
 Ana Cristina Garcia (coords.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa

Projeto gráfico, arte e diagramação Mônica Landi
Revisão de provas Amélia Kossis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Alzira Muniz
 Setsuko Anaki

Produção editorial William Rezende Paiva
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Bortiva Gráfica
Acabamento Bortiva Gráfica

ISBN 978-85-02-21529-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Andreucci, Ricardo Antonio
 Curso básico de processo penal / Ricardo Antonio
 Andreucci. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

13-10147

CDU-343.1(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo penal : Direito penal 343.1(81)

Data de fechamento da edição: 7-4-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

136.770.001.001

SUMÁRIO

Abreviaturas	5
Nota do autor	15
1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Noções preliminares	17
1.2. Sistemas processuais penais.....	17
2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL.....	19
2.1. Princípio da ampla defesa	19
2.2. Princípio do contraditório	19
2.3. Princípio do devido processo legal	20
2.4. Princípio do duplo grau de jurisdição	21
2.5. Princípio do estado de inocência.....	21
2.6. Princípio do <i>favor rei</i> (prevalência do interesse do réu)	22
2.7. Princípio da oficialidade	22
2.8. Princípio do impulso oficial	23
2.9. Princípio da indisponibilidade.....	23
2.10. Princípio da iniciativa das partes e princípio da inércia da jurisdição	23
2.11. Princípio do juiz natural.....	24
2.12. Princípio da legalidade.....	25
2.13. Princípio da oralidade	25
2.14. Princípio da publicidade	25
2.15. Princípio da vedação das provas ilícitas.....	26
2.16. Princípio da verdade real	27
3. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	29

3.1. Eficácia da lei processual penal no tempo.....	29
3.2. Eficácia da lei processual penal no espaço	30
4. FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	33
4.1. Fontes materiais.....	33
4.2. Fontes formais.....	33
5. INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	35
5.1. Interpretação da lei processual penal quanto ao sujeito.....	35
5.1.1. Interpretação autêntica.....	35
5.1.2. Interpretação doutrinária	36
5.1.3. Interpretação jurisprudencial.....	36
5.2. Interpretação da lei processual penal quanto ao modo	36
5.2.1. Interpretação gramatical	36
5.2.2. Interpretação lógica	36
5.3. Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado ...	37
5.3.1. Interpretação declarativa	37
5.3.2. Interpretação restritiva	37
5.3.3. Interpretação extensiva.....	37
6. INQUÉRITO POLICIAL	39
6.1. Conceito.....	39
6.2. Características.....	40
6.3. Início do inquérito policial	43
6.4. Da realização do inquérito policial.....	47
6.4.1. Preservação do estado das coisas e colheita de provas ..	48
6.4.2. Apreensão de instrumentos e outros objetos e determinação de perícias	49
6.4.3. Oitiva da vítima e testemunhas	50
6.4.4. Oitiva do indiciado e sua identificação	51
6.4.5. Reconhecimento e acareações	54
6.5. Reconstituição.....	57
6.6. Conclusão do inquérito policial.....	58
6.7. Termo circunstanciado de ocorrência policial	60
7. AÇÃO PENAL.....	63
7.1. Conceito.....	63

7.2. Condições da ação penal	63
7.3. Classificação	64
7.4. Ação penal pública	65
7.4.1. Noções gerais	65
7.4.2. Espécies	65
7.4.3. Ação penal pública incondicionada	66
7.4.4. Ação penal pública condicionada	67
7.5. Ação penal privada	69
7.5.1. Noções gerais	69
7.5.2. Espécies	69
7.5.3. Ação penal privada exclusiva	69
7.5.4. Ação penal privada subsidiária (ou supletiva)	71
7.6. Forma de identificação da ação penal	72
8. AÇÃO CIVIL EX DELICTO	75
8.1. Introdução — ação penal e ação civil	75
8.2. Ação civil <i>ex delicto</i>	76
8.3. Legitimidade ativa e passiva	78
9. DA JURISDIÇÃO	79
9.1. Conceito	79
9.2. Princípios	80
10. DA COMPETÊNCIA	83
10.1. Conceito de competência	83
10.2. Divisão da competência	83
10.2.1. Competência em razão do lugar	83
10.2.2. Competência em razão da matéria	85
10.2.3. Competência em razão da pessoa	85
10.3. Conflito de competência	86
10.4. Conflito de atribuições	87
10.5. Competência pela prerrogativa de função	88
10.6. Competência criminal da justiça federal	89
10.7. Competência absoluta e relativa	90
10.8. Conexão e continência	91
10.9. Foro prevalente	92

10.10. Avocatória.....	93
11. SUJEITOS PROCESSUAIS.....	95
11.1. Juiz penal	95
11.2. Partes.....	97
11.2.1. Ministério Público	97
11.2.2. Acusado.....	98
11.2.3. Defensor.....	98
11.2.4. Assistente.....	99
11.2.5. Auxiliares da Justiça.....	100
12. DOS ATOS PROCESSUAIS.....	103
12.1. Atos das partes	103
12.2. Atos dos juízes.....	103
12.3. Atos dos auxiliares da Justiça.....	104
13. COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS.....	105
13.1. Citação.....	105
13.2. Intimação	107
14. PRAZOS	109
14.1. Contagem.....	109
14.2. Preclusão	109
14.3. Tempestividade	110
15. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	113
15.1. Sequestro	113
15.2. Arresto.....	114
15.3. Hipoteca legal	114
16. PROVA.....	117
16.1. Conceito, finalidade e sistemas de apreciação.....	117
16.2. Objeto	118
16.3. Ônus	119
16.4. Provas ilegais	120
16.5. Provas derivadas das ilícitas.....	121
16.6. Das provas em espécie	122

16.7. Das perícias em geral.....	122
16.7.1. Do corpo de delito	123
16.7.2. Do exame necroscópico	123
16.7.3. Das demais perícias.....	124
16.8. Do interrogatório	124
16.9. Da confissão	125
16.10. Da prova testemunhal.....	126
16.11. Do reconhecimento de pessoas e coisas	128
16.12. Da acareação	128
16.13. Dos documentos	129
16.14. Da busca e apreensão.....	130
16.14.1. Busca domiciliar	130
16.14.2. Busca pessoal	131
17. PRISÃO.....	133
17.1. Conceito	133
17.2. Espécies	133
17.2.1. Prisão com pena	134
17.2.2. Prisão sem pena.....	134
17.3. Prisão cautelar de natureza processual e medidas cautelares ..	135
17.4. Características da prisão cautelar	138
17.5. Mandado de prisão	139
17.6. Prisão em flagrante	140
17.6.1. Espécies de flagrante	142
17.6.2. Flagrante em crime permanente e em crime habitual.....	143
17.6.3. Flagrante em crime de ação penal privada.....	144
17.6.4. Flagrante em crime continuado.....	144
17.6.5. Flagrante nos crimes de menor potencial ofensivo..	145
17.6.6. Flagrante nas contravenções penais	145
17.6.7. Sujeito ativo da prisão em flagrante	146
17.6.8. Sujeito passivo da prisão em flagrante.....	146
17.6.9. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito	148
17.6.10. Lavratura do auto de prisão em flagrante.....	149

17.7. Prisão preventiva	151
17.7.1. Natureza jurídica.....	151
17.7.2. Requisitos cautelares	152
17.7.3. Hipóteses legais.....	152
17.7.4. Prisão domiciliar	154
17.8. Prisão temporária — Lei n. 7.960/89	155
17.8.1. Noções gerais.....	155
17.8.2. Hipóteses legais.....	155
17.8.3. Decretação e prazo de duração.....	157
18. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	159
18.1. Liberdade provisória sem fiança.....	159
18.2. Liberdade provisória com fiança	160
18.2.1. Conceito e cabimento.....	160
18.2.2. Concessão da fiança	161
18.2.3. Recurso	162
18.2.4. Obrigações do afiançado.....	162
18.2.5. Valor da fiança.....	162
18.2.6. Extinção da fiança.....	163
18.2.7. Execução da fiança.....	164
19. PROCEDIMENTOS COMUM E ESPECIAL.....	165
19.1. Procedimento comum — ordinário e sumário.....	166
19.2. Procedimento do Júri	167
19.2.1. Princípios informadores do Tribunal do Júri no Brasil.....	167
19.2.2. Competência do Tribunal do Júri	168
19.2.3. Competência nos casos de foro privilegiado	169
19.2.4. Competência nos casos de conexão e continência ...	171
19.2.5. Procedimento bifásico ou escalonado	171
19.2.6. Juízo de formação da culpa — <i>judicium</i> <i>accusationis</i>	172
19.2.7. Resposta do acusado	173
19.2.8. Audiência una.....	174
19.2.9. Pronúncia	175

19.2.10. Impronúncia.....	176
19.2.11. Desclassificação.....	176
19.2.12. Absolvição sumária	177
19.2.13. Despronúncia	177
19.2.14. O juízo da causa — <i>judicium causae</i>	178
19.2.15. A ordem dos trabalhos na sessão de julgamento	178
20. SENTENÇA.....	181
20.1. Os atos jurisdicionais e suas espécies	181
20.2. Requisitos intrínsecos da sentença	183
20.3. Princípio da correlação entre acusação e sentença.....	184
20.4. <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	185
20.5. <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP)	186
21. NULIDADES	187
21.1. Conceito	187
21.2. Nulidade absoluta e relativa	188
21.3. Sistema legal das nulidades.....	188
21.4. Das nulidades em espécie	189
21.4.1. Incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	190
21.4.2. Ilegitimidade de parte	190
21.4.3. Falta das fórmulas ou dos termos	190
21.4.4. Omissão de formalidade essencial do ato.....	190
21.5. Arguição e saneamento das nulidades relativas.....	191
22. RECURSOS.....	193
22.1. Conceito	193
22.2. Pressupostos processuais	193
22.2.1. Pressupostos processuais objetivos.....	193
22.2.2. Pressupostos processuais subjetivos	197
22.3. Interposição dos recursos.....	198
22.4. Recurso <i>ex officio</i> (também chamado de recurso de ofício, recurso obrigatório, recurso necessário e recurso anômalo)	198
22.5. Efeitos dos recursos	199
22.6. Recursos em espécie	200

22.6.1. Recurso em Sentido Estrito (RESE)	200
22.6.2. Apelação	202
22.6.3. Apelação das decisões do Tribunal do Júri	205
22.6.4. Carta testemunhável	205
22.6.5. Correição parcial	206
22.6.6. Embargos infringentes e de nulidade	208
22.6.7. Embargos declaratórios	210
22.6.8. Revisão criminal	211
22.6.9. Recurso extraordinário	213
22.6.10. Recurso especial	214
22.6.11. Recurso ordinário constitucional no Supremo Tribunal Federal	216
22.6.12. Recurso ordinário constitucional no Superior Tribunal de Justiça	216
23. HABEAS CORPUS	219
23.1. Noções gerais	219
23.2. Características	219
23.3. Espécies	220
23.4. Coação ilegal	220
23.5. Terminologia	221
23.6. Tramitação do HC em primeira instância	221
23.7. Tramitação do HC em segunda instância	221
Referências	223